


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1012755-34.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Helio de Souza**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

HÉLIO DE SOUZA, já qualificado, moveu a presente ação de cobrança contra PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 24 de abril de 2015 e do qual restaram-lhe lesões permanentes, com invalidez para o trabalho, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 11.812,50, na medida em que, administrativamente já recebera o valor de R\$ 1.687,50.

A ré contestou o pedido requerendo a substituição do polo passivo para *Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A*, apontando falta de pressuposto processual na medida em que o autor não juntou o laudo do IML, com ainda, ausência de interesse processual porquanto já tenha recebido o valor administrativamente, dando por quitado o sinistro, enquanto que, no mérito, alega a falta de nexo de causalidade entre o acidente de trânsito e a situação de saúde do autor, contestando ainda que a invalidez do autor seja permanente, de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, pela aplicação da tabela SUSEP para fixação do valor da indenização, dada a impossibilidade de vinculação ao salário mínimo, com juros de mora contados da citação e correção monetária do ajuizamento da ação.

O feito foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual manifestou-se a ré, reiterando as postulações de rejeição da demanda.

É o relatório.

DECIDO.

As preliminares foram afastadas pela decisão de fls. 121/122.

No mérito, o laudo pericial médico apurou uma redução da capacidade de trabalho do autor, permanente, da ordem de 25%, concluindo que há nexo de causalidade entre o acidente e a sequela apresentada, havendo *dano patrimonial físico sequelar estimado em 25% em analogia a Tabela do DPVAT*" (fls. 148).

Aponta o laudo médico que o autor apresentou lesão corporal **grave**, que *sofreu politraumatismo com fratura hálux esquerdo e evoluiu com anquilose moderada do pé (pela tabela 50% de 50)*, **concluindo**: "*Pela tabela DPVAT podemos estimar uma incapacidade de 25%*" (sic. fls. 148).

Tem-se, portanto, por comprovada a invalidez total e permanente do autor resultantes do acidente de trânsito.

É, portanto, devida a indenização prevista no inciso II do art. 3º, da Lei nº 6.194,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

de 19 de dezembro de 1974, com as alterações que lhe deu o art. 8º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para que seja a ré obrigada a pagar ao autor a importância de R\$ 3.375,00. Na medida em que, administrativamente, já recebeu o valor de R\$ 1.687,50, é devido, ainda, ao autor a importância de R\$ 1.687,50, acrescida de correção monetária pelos índices do INPC, a contar da data do acidente, ou seja, 24/04/2015, como ainda de juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação.

Deste modo, a ré sucumbe e deverá arcar com o pagamento da indenização, conforme acima liquidado, além de arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que CONDENO a ré PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS a pagar ao autor HÉLIO DE SOUZA a importância de R\$ 1.687,50 (*um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos*), acrescida de correção monetária pelos índices do INPC, a contar de abril de 2015, e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 0% (*dez por cento*) do valor da condenação, atualizado.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 05 de dezembro de 2017.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA